

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025

Abertura das propostas: 05/11/2025 às 08h00min.

Sessão Pública da disputa: 05/11/2025 às 09h00min

Processo nº: 002840/2025	SRP () Não (X) Sim	Preferência ME/EPP ou Equiparadas (x) Não () Sim
---	---	--

Objeto: Registro de preço para fornecimento de Coffee break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses, esta contratação será gerenciada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na qualidade de órgão gerenciador, e contará com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação como órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE

Valor Máximo admitido: R\$ 641.513,00 (Seiscentos e quarenta e um mil quinhentos e treze reais)

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Prazo para envios das propostas: Até às 08h00min do dia 05/11/2025.

Amostra/Demonstração:

(X) Não () Sim

Observações importantes

Por ocasião da oferta das propostas no sistema (<http://bll.org.br/>), somente será classificado para a fase de lances o licitante que consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o valor **total do lote**, respeitando-se o valor máximo admitido, já considerados e inclusos todos os tributos, frete(s), tarifas e demais despesas decorrentes da contratação, sob pena de desclassificação imediata.

O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no endereço www.fundao.es.gov.br, selecionando as opções Portal da Transparência > compras > Editais (documento) ou ainda na aba de licitações do site oficial da prefeitura e na plataforma da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil - www.bllcompras.org.br.

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002840/2025
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - SEMTUC**

O **MUNICÍPIO DE FUNDÃO**, por meio do Departamento de Licitações, sediado à Rua São José, nº 135, Centro, Fundão/ES, torna público que realizará licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 183/2023, Decreto Municipal nº 768/2023** e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 05/11/2025 .

Horário: 09h00min

Horário limite para envio das propostas: Até às 08h00min na plataforma BLL.

Local: (<http://bll.org.br/>)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preço para fornecimento de Coffee break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses, esta contratação será gerenciada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na qualidade de órgão gerenciador, e contará com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação como órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único lote, conforme tabela constante no termo de referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema “BLL”, provido pela Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (<http://bll.org.br/>).

3.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Bolsa de Licitações do Brasil – BLL no endereço eletrônico <http://bll.org.br/cadastro/>, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Fundão responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue e substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.9.2 e 3.9.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens **3.9.2 e 3.9.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações vintegradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o item **3.9.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil (www.bllcompras.org.br), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, a Proposta Comercial com o preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:

4.3.1. atende aos requisitos de habilitação;

4.3.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, em se tratando de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada;

4.3.3. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, em se tratando de licitante organizado em cooperativa.

4.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens **3.3.2** ou **3.3.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta do licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no Sistema Eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre o lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no Sistema Eletrônico poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem **3.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente ao órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do Sistema Eletrônico qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item e o valor total do lote (se for o caso);

5.1.2. Marca / Modelo (se for o caso);

5.1.3. Fabricante (se for o caso);

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido neste edital;

5.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações relativas à especificação do Termo de Referência – Anexo I;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência - Anexo I**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **5.9**.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgão de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico - **BLL - Bolsa de Licitações do Brasil**, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e o licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente o inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro

horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no Município de Fundão, Estado do Espírito Santo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote/item ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.9** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) ;

- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) .
- c) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, expedida pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) .
- d) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jspx?opcao=todos>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **3.8 e 4.4** deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência – Anexo I**;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá anexar exclusivamente por meio da plataforma do sistema BLL (<http://bll.org.br>), a documentação de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, contados a partir da solicitação do Agente de Contratação.

8.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da presente licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 45 a 53 do Decreto Municipal nº 183/2023, conforme indicado a seguir.

8.2.1. Habilitação Jurídica

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual, certificado da Condição do Microempreendedor Individual – CCMEI ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

- d)** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e)** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede ou do domicílio do licitante relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- f)** Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- h)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- i)** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- j)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (Anexo IV) ;

8.2.3 Qualificação Econômico-Financeira:

- a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- c)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4. Qualificação Técnica:

- a) Alvará de Vigilância Sanitária;
- b) Controle de temperatura dos alimentos.

8.2.4.1. Atender as disposições da Resolução nº. 216 de 15/09/04 - ANVISA, referente ao Regulamento Técnico sobre os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimento de Alimentos.

8.2.5. DECLARAÇÃO PARA OUTRAS COMPROVAÇÕES, em conformidade com o modelo constante do **Anexo IV**:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;

b) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) Declaração de que inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

d) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) No caso de licitante organizado em cooperativa, deverá declarar ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) No caso de licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

i) Declaração de que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os licitantes que não apresentarem todos os documentos acima exigidos, ou que os apresentarem incompletos, incorretos, serão considerados inabilitados.

8.6. Os documentos exigidos, quando não contiverem o prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por servidor da Administração Municipal de Fundão ou por cópia com autenticação através de sistema digital ou outro meio similar.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas somente será exigida para efeito de contratação, porém, ser obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no subitem 8.2.2, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

8.9.2 . Durante o decurso do prazo referido no subitem 8.7.1, o licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo com restrição, será considerada habilitado e permanecerá no processo.

8.9.3 . A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.7.1 implicar na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

8.10 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída por registro cadastral no Sicafe ou em sistema semelhante mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelo Município, desde que registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.11 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, sob pena de inabilitação.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo** em sede de diligência, para:

8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da omissão.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Sendo necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, bem como análise documental, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

8.18. Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais do licitante vencedor com o uso da opção disponibilizada no próprio sistema para tanto.

8.21. Do resultado do julgamento da habilitação caberá recurso na forma definida no presente Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.8. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.9. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.9.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.9.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9.2.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

9.9.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.9.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.10.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.10.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.10.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.10.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.11. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 9.12. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 9.13. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 9.12.
- 9.14. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 9.12, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação;
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 24 e art. 25 do Decreto Municipal nº 768/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto na Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 183/2023.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados para defesa de seus interesses.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, se for o caso;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da plataforma BLL – Bolsa de Licitações do Brasil (www.bllcompras.org.br) e pelo e-mail licitacao@fundao.es.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do negócio jurídico caberão a Contratante, através de servidor designado por meio de Portaria, com poderes para verificar se os serviços serão executados de acordo com o previsto neste Termo de Referência.

14.2. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato caberão a Contratante, através de servidor designado, com poderes para verificar se o que foi contratado está sendo entregue de acordo com o previsto em CONTRATO, fazer advertência quanto qualquer descumprimento acordado neste termo de referência, aplicar multas e demais ações necessárias a Contratada.

14.3. O fiscal atestará a execução do objeto no documento fiscal correspondente, o que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos;

14.4. A Contratada será obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do contrato pelo Município, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias;

14.5. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato.

14.6. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14.7. Os documentos fiscais correspondentes à execução dos serviços serão atestados por servidor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura- SEMTUC designado para este fim.

15. DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA FORNECIMENTO, CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. Os pedidos serão executados de acordo com a necessidade da contratante e mediante solicitação formal através de Nota de Empenho, nas quantidades nela prescritas e deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pelo setor solicitante.

15.2. A contratante deverá informar com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as quantidades necessárias que serão utilizadas em cada pedido, bem como o local onde será servido;

15.3. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de alimentação, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços solicitados.

15.4. Comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços;

15.5. Facilitar a supervisão e a fiscalização da CONTRATANTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento;

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.7. Designar um preposto que o representará perante a CONTRATANTE, para a resolução de problemas que possam advir deste contrato.

15.8. Realizar o serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas deste Termo de Referência.

15.9. Havendo a necessidade da prestação dos serviços, a empresa será convocada para assinatura do contrato ou documento equivalente, o que deve ser realizado no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

15.10. Os prazos de início, vigência e término da prestação de serviço serão definidos em termo contratual, podendo ser alterados em conformidade com a legislação vigente.

15.11. Destaca-se que A CONTRATADA deverá se apresentar no local determinado com toda a infraestrutura necessária para execução do trabalho a que foi contratada, conforme detalhado no Termo de Referência.

15.12. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas ao fornecimento/serviço, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários a perfeita execução dos serviços.

15.13 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias ao bom cumprimento deste instrumento.

15.14. A contratação se dará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da autorização de serviço;

15.15. O prazo de entrega e início da prestação dos serviços é de 03 (três) dias, contados da emissão de ordem de serviço com a devida nota de empenho em anexo;

15.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

15.17. A Ordem de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega;

15.18. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive correio eletrônico.

16. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

16.1. São obrigações do Contratante:

16.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

16.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.

16.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

16.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

16.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

16.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.1.15. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura da Ata de Registro de Preços.

16.1.16. Publicar o extrato da Ata de registro de preços, na forma da Lei;

16.1.17. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

16.1.18. Disponibilizar um servidor da unidade gestora solicitante para conferir a prestação dos serviços.

16.1.19. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA.

16.1.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16.1.21. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da presente licitação.

16.1.22. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços que a CONTRATADA realizar fora das especificações constantes do presente instrumento.

16.2. São obrigações do Contratado:

16.2.1. Assinar a Ata de Registro de Preços até 05 (cinco) dias contados da convocação para sua formalização;

16.2.2. Prestar os serviços sempre nas condições pactuadas, respondendo por eventuais danos que comprovadamente vier a causar em razão de inadimplemento;

16.2.3. Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado.

16.2.4. Realizar as entregas nos prazos e formas descritas no termo de referência.

16.2.5. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.

16.2.6. Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.

16.2.7. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece na Lei Federal 14.133/2021 e alterações.

16.2.8. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros.

16.2.9 . Fornecer o objeto de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente, e prazo de garantia contra defeitos de fabricação.

16.2.10. Substituir os objetos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega.

16.2.11. A CONTRATADA deverá levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

16.2.12. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do serviço contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução do serviço.

16.2.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

16.2.14 . Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.2.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.2.16 A contratada deverá realizar a indicação dos profissionais de segurança que irão atuar nos eventos, através de apresentação de listagem prévia (anterior a cada evento) incluindo seus nomes e contatos, acompanhada das respectivas CNV (Carteira Nacional de Vigilante) com prazo de validade vigente.

16.2.17. Os vigilantes deverão estar uniformizados, portando rádios transmissores para facilitar a comunicação entre os mesmos.

16.2.18. Os funcionários que atuarão na vigilância, durante execução dos serviços, são de responsabilidade da empresa a ser contratada, incluindo alimentação e demais custos.

16.2.19 A Contratada compromete-se a resolver todos os problemas que venham a acontecer, dos serviços contratados, imediatamente. Caso ocorra alguma falta ou impossibilidade com algum segurança, o mesmo deverá ser substituído de imediato.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE REAJUSTE

17.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando os produtos, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias REGULARIZADAS.

17.2. O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado à CONTRATADA, ficando o pagamento susado/suspenso até a correção do erro.

6.3. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

17.4. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual;

17.5. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

17.6. Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

17.7. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF = Valor da Nota Fiscal

ND = Número de dias em atraso

17.8. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária a ser indicada quando da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Inexistindo manifestação recursal ou decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro encaminhará o processo à Autoridade Superior que adjudicará o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar e homologará o procedimento licitatório.

19.2. Homologado o resultado classificatório pela Autoridade Competente, será publicado nos meios oficiais .

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Os participantes do Certame deverão verificar diariamente as mensagens, alterações, informações e prazos, disponibilizadas pelo Pregoeiro via chat no sistema eletrônico (www.bll.org.br) até o encerramento final da Licitação com a adjudicação e homologação do Objeto.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. Informações complementares julgadas necessárias deverão ser solicitadas pelo interessado na Prefeitura Municipal de Fundão – Setor de Licitações, com sede na Rua São José, nº 135, Centro, pelo telefone (27) 3267 -1565, no horário de expediente (das 07h00min às 16h00min), ou ainda, pelo e-mail: licitacao@fundao.es.gov.br.

20.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio da Prefeitura Municipal de Fundão www.fundao.es.gov.br, e na plataforma da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil www.bllcompras.org.br.

20.13. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UND MEDIDA	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	1400	26,00	36.400,00
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	300	33,56	10.068,00
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	240	27,38	6.571,20
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	2100	55,62	116.802,00

005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	2000	55,56	111.120,00
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1600	4,83	7.728,00
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200	9,06	19.932,00
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200	9,45	20.790,00
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	2000	9,45	18.900,00
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	250	54,63	13.657,50
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	1100	46,11	50.721,00
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	1540	46,11	71.009,40
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	1900	3,30	6.270,00
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	1900	3,30	6.270,00
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	1100	46,45	51.095,00
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	260	42,41	11.026,60
017	Torrada de pão	Kg	1	460	24,87	11.440,20
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	300	9,86	2.958,00
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	300	9,96	2.988,00
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500	9,58	4.790,00
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	400	9,66	3.864,00
022	Suco integral, adoçado, sabor	Unidade	1	500	5,44	2.720,00

	pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.					
023	Lanche tipo Hamburger completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	1400	19,10	26.740,00
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	350	6,19	2.166,50
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	700	21,60	15.120,00
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	560	18,51	10.365,60
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$641.513,00

5.2. A distribuição da estimativa de consumo entre o órgão gerenciador e o órgão participante encontra-se detalhada nos quadros abaixo, para fins de transparência, controle e planejamento da contratação.

Quadro 1 – Estimativa da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Órgão Gerenciador)				
Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500

006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30
017	Torrada de pão	Kg	1	30
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150

025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80

Quadro 2 – Estimativa da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30
017	Torrada de pão	Kg	1	30
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100

021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80

Quadro 3 – Estimativa da Secretaria Municipal de Educação (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	10	1000
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	3	250
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	2	200
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	13	1500
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	10	1000
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1000
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de	Unidade	10	1000

	queijo muçarela c/ min 25 gr.			
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	1000
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	2	200
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	10	1000
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	13	1500
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	5	500
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	5	500
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	10	1000
016	Patê de frango (pronto)	Kg	3	200
017	Torrada de pão	Kg	4	400
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	4	400
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	50
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo	Fardo	4	300

	com 12 unidades).			
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	4	400

20.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.14.1. ANEXO I - Termo de Referência

20.14.2. ANEXO II. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e Formulário de riscos;

20.14.2. ANEXO III – Formulário de Especificação e Preço;

20.14.3. ANEXO IV – Modelo de Declaração para Outras Comprovações (Declaração Unificada);

20.14.4. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços

20.14.5. ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.

Fundão, 21 de outubro de 2025.

ROMENIQUE BORGES SIMÕES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a Contratação de pessoa jurídica responsável pelo fornecimento de Coffee break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses.

1.2 Esta contratação será gerenciada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na qualidade de órgão gerenciador, e contará com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação como órgãos participantes, conforme manifestação registrada nos autos do IRP nº 003/2025.

1.3 O presente Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar constante nos autos do processo nº 2840/2025, em atendimento ao disposto nos arts. 18, inciso I, e 40 da Lei nº 14.133/2021, o qual analisou a necessidade da contratação e demonstrou a adequação da solução escolhida.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

2.2.A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia seguinte da publicação no Diário Oficial, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.3.A oferta de lanches nas atividades proporciona um ambiente adequado para o networking, a interação e o compartilhamento de experiências entre os participantes, fortalecendo as parcerias e a rede de apoio da Secretaria. Além disso, o fornecimento de lanches durante as reuniões e treinamentos contribui para o aumento da produtividade, permitindo que os participantes se mantenham bem alimentados e focados, sem a necessidade de deslocamento para refeições.

2.4. A contratação de coffee break/ lanches se justifica pelas reuniões, eventos e /ou cursos que serão realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, bem como pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação do município de Fundão/ES no ano de 2025, onde a secretaria irá recepcionar servidores, autarquias e participantes dos respectivos eventos.

2.5. Os coffee breaks são, ainda, reconhecidamente, momentos oportunos para o descanso, para a reposição de energia e para o intercâmbio de informações entre os participantes. Propiciam a troca de experiências entre colegas em conversas informais e demonstram a boa vontade da Administração em relação aos servidores no ambiente de treinamento, proporcionando maior motivação, principalmente quando a reunião possui grande quantidade de informações.

2.6. Todavia, a organização dos coffee breaks envolve o preparo, o fornecimento e a manipulação de alimentos, tarefas que, pelas suas peculiaridades, dependem necessariamente do assessoramento profissional de empresa especializada, da qual é esperada expertise para escolha dos equipamentos, produtos e materiais necessários à prestação dos serviços com a qualidade requerida.

2.7. A solução será atendida pela contratação de empresa especializada para realização do fornecimento de coffee break nas ações de capacitação e qualificação, reuniões de trabalho e eventos vinculados aos objetivos institucionais.

2.8. Portanto, o não atendimento da demanda acarreta prejuízo na absorção das informações e conhecimento repassado aos participantes dos eventos.

2.9. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em razão de sua natureza.

2.10. A contratação deverá ocorrer por meio de Sistema de Registro de Preços, considerando que atende aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e probidade previstos na Lei nº 14.133/2021, permitindo à administração pública garantir a continuidade dos serviços de forma ágil, com preços competitivos e qualidade assegurada.

3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

3.1. O processo licitatório observará as normas e procedimentos administrativos constantes na Lei nº 14.133/21.

3.1.2. Modalidade: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços

3.1.3. Tipo de licitação e critério de julgamento: Menor preço por Lote.

3.1.4. Justifica-se o SRP – Sistema de Registro de Preços pelo fato de ser aquisição eventual e futura, não sabendo ao certo a demanda administrativa.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E JUSTIFICATIVA

4.1. O certame licitatório deverá ser realizado sob o critério de menor preço por lote, observado o valor máximo aceitável apurado através do orçamento estimativo e demais exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

4.2. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para fornecimento de coffee break e lanches, sob demanda, visando atender às necessidades das capacitações, cursos, treinamentos, reuniões, conferências, palestras e demais eventos institucionais promovidos pelas Secretarias Municipais de Turismo e Cultura, de Esportes, Lazer e Juventude e de Educação do Município de Fundão.

4.3. Diante da diversidade dos eventos, da quantidade variável de participantes e da natureza eventual das demandas, justifica-se a adoção do critério de julgamento por lote, conforme previsto no art. 33, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza esse critério quando houver justificativa técnica ou vantagem econômica para a Administração Pública.

4.4. Os eventos realizados pelo Município apresentam particularidades quanto ao número de participantes, duração e horário de realização, o que demanda flexibilidade na prestação dos serviços de fornecimento de lanches e coffee break.

4.5. Dessa forma, a contratação por lotes funcionais (itens distintos de cardápio) permite à Administração Pública selecionar empresas com capacidade de fornecimento adequado em cada modalidade, assegurando qualidade, padronização e economicidade.

4.6. Justificativa Econômica

4.6.1. Do ponto de vista econômico, a divisão por lotes possibilita maior competitividade, permitindo que empresas de pequeno e médio porte participem do certame de acordo com sua capacidade operacional, evitando concentração de mercado e garantindo preços mais vantajosos para a Administração.

4.6.2. Além disso, a organização dos itens em lotes distintos evita que a Administração pague por pacotes engessados ou por itens desnecessários, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e proporcional às demandas efetivamente registradas.

4.6.3. Assim, a adoção do julgamento por lote é técnica e economicamente justificada, pois garante maior qualidade no fornecimento, redução de custos, incentivo à competitividade e efetivo atendimento ao interesse público, em conformidade com os arts. 5º, 11 e 33 da Lei nº 14.133/2021.

5. ESPECIFICAÇÃO

5.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE ÚNICO

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	1400
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	300
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	240
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	2100
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	2000
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1600
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	2000
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	250
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	1100
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	1540
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	1900
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	1900
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	1100
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	260
017	Torrada de pão	Kg	1	460
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	300
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	300
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	400
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	1400

024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	350
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	700
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	560

5.2. A distribuição da estimativa de consumo entre o órgão gerenciador e o órgão participante encontra-se detalhada nos quadros abaixo, para fins de transparência, controle e planejamento da contratação.

Quadro 1 – Estimativa da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Órgão Gerenciador)					
Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20	R\$
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300	R\$
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25	R\$
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30	R\$

017	Torrada de pão	Kg	1	30	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50	R\$
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200	R\$
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80	R\$

Quadro 2 – Estimativa da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite,	Kg	01	20	R\$

	embalagem de 1kg.				
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300	R\$
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25	R\$
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30	R\$
017	Torrada de pão	Kg	1	30	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50	R\$
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$

023	Lanche tipo Hamburguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200	R\$
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80	R\$

Quadro 3 – Estimativa da Secretaria Municipal de Educação (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	10	1000	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	3	250	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	2	200	R\$
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	13	1500	R\$
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	10	1000	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1000	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000	R\$
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	1000	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de	Kg	2	200	R\$

	recheio, confeitado.				
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	10	1000	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	13	1500	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	5	500	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	5	500	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	10	1000	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	3	200	R\$
017	Torrada de pão	Kg	4	400	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	4	400	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	50	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	4	300	R\$

026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	4	400	R\$
-----	---	--------	---	-----	-----

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A Secretaria participante deverá providenciar a dotação orçamentária própria para empenho de seus pedidos.

6.2. Por tratar-se de registro de preço, não se mostra necessário a informação de dotação orçamentária, a qual será informada quando de futura aquisição do objeto.

7 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO OU DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Os pedidos serão executados de acordo com a necessidade da contratante e mediante solicitação formal através de Nota de Empenho, nas quantidades nela prescritas e deverão ser entregues nos locais, datas e horários determinados pelo setor solicitante.

7.2. A contratante deverá informar com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as quantidades necessárias que serão utilizadas em cada pedido, bem como o local onde será servido;

7.3. A contratação se dará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da autorização de serviço;

7.4. O prazo de entrega e início da prestação dos serviços é de 03 (três) dias, contados da emissão de ordem de serviço com a devida nota de empenho em anexo;

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.6. A Ordem de Fornecimento deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa dos números do Pregão Eletrônico, do contrato, do processo, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega;

7.7. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive correio eletrônico.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 A Proposta de Preços deverá ser preenchida incluindo todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega do serviço ofertado.

9. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO, ESTIMATIVA E PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Para a formação a média de preços, a SEMTUC, realizou pesquisas em estabelecimentos comerciais da região.

9.2. O valor médio foi apurado e consta no MAPA DE APURAÇÃO DE VALORES – Pesquisa de Preços nº 030/2025 (fls. 132).

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A contratada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de constituição social;
- Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal;
- Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia (FGTS);
- Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,
- Certidão de Falência e Concordata,
- Declaração de não parentesco,
- Declaração de inexistência de Fatos Supervenientes,
- Declaração que não emprega menor.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.1. A prestação de serviços de alimentação engloba o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios;
- 11.2. O objeto deste Termo de Referência, realizar-se-á na empresa vencedora do certame, em condições higiênico-sanitárias adequadas;
- 11.3. Os documentos exigidos são aqueles que comprovam a execução das boas práticas, como:
- a) Alvará de Vigilância Sanitária;
 - b) Controle de temperatura dos alimentos.
- 11.4. Atender as disposições da Resolução nº. 216 de 15/09/04 - ANVISA, referente ao Regulamento Técnico sobre os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimento de Alimentos.

12. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- 12.1 O serviço de entrega será efetuado de acordo com local e horário a ser descrito na Ordem de Serviço.
- 12.2 A entrega do serviço deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.
- 12.3. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos de transporte, entrega, embalagem e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.
- 12.4. A CONTRATADA deverá se apresentar no local determinado com toda a infraestrutura necessária para entrega do serviço a que foi contratado, com antecedência mínima de 1(uma)hora do início do horário marcado para servir o coffee break/lanches.

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 13.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução do negócio jurídico caberão a Contratante, através de servidor designado por meio de Portaria, com poderes para verificar se os equipamentos serão entregues de acordo com o previsto neste Termo de Referência.
- 13.2. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 13.3. Os documentos fiscais correspondentes ao fornecimento do equipamento serão atestados por servidor da UG solicitante designado para este fim.

14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA/FORNECEDORA

- 14.1 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da solicitação;

14.2 Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.

14.3 Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas deste Termo de Referência.

14.4 Destaca-se que A CONTRATADA deverá se apresentar no local determinado com toda a infraestrutura necessária para execução do trabalho a que foi contratada, conforme detalhado no Termo de Referência.

14.5 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas ao fornecimento/serviço, sendo de inteira responsabilidade de fornecedor a contratação de funcionários necessários a perfeita execução do fornecimento.

14.6 Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

14.7 Substituir os itens fornecidos em desacordo com as especificações constantes deste Termo, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas.

14.8 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias ao bom cumprimento deste Termo de Referência.

14.9 Disponibilização de pessoal suficiente para entrega, organização, materiais e posterior recolhimento.

14.10 Os alimentos e bebidas deverão ser transportados em local apropriado.

14.11 Todos os alimentos e bebidas devem estar dentro do prazo de validade e mantidos em ambiente que os preservem frescos e saudáveis.

14.12 Todos os gêneros alimentícios, condimentos ou quaisquer outros componentes utilizados na elaboração dos lanches deverão ser, obrigatoriamente, de primeira qualidade, estar no prazo de validade e em perfeitas condições de conservação, higiene e apresentação.

14.13 É vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, dada sua unicidade e por se tratar de bem comum, com variado número de fornecedores possíveis.

15. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS (PROVA DE CONCEITO)

15.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a exigência de apresentação de amostras ou prova de conceito é facultativa e deve estar expressamente prevista e justificada no edital quando necessária. A Administração poderá exigir amostras apenas quando houver necessidade justificada de comprovar a aderência do produto às especificações técnicas.

15.2. Considerando que o objeto desta contratação refere-se ao fornecimento de gêneros alimentícios e lanches para coffee-break, compostos por itens de consumo corrente, padronizados e de fácil verificação sensorial no ato da entrega, e em atenção à logística, perecibilidade e risco de desperdício decorrentes da solicitação de amostras, **não será exigida a apresentação de amostras nem a realização de prova de conceito no presente procedimento licitatório**. Tal procedimento está em consonância com a discricionariedade administrativa prevista na Lei nº 14.133/2021 e com práticas adotadas em certames similares.

15.3. A inexistência de exigência de amostras não exime a licitante vencedora do dever de atender integralmente às especificações técnicas, às normas sanitárias aplicáveis e às condições de qualidade, frescor e apresentação estabelecidas neste Termo de Referência, durante toda a execução contratual. Em caso de constatação de não conformidades durante a entrega ou execução dos serviços, aplicar-se-ão as medidas previstas no edital e na legislação vigente.

15.4. Ressalta-se que a Administração poderá, a qualquer tempo durante a execução contratual, quando houver motivo justificado (que será formalmente registrado), adotar procedimentos de verificação da qualidade dos produtos fornecidos, inclusive análises laboratoriais ou outras formas de comprovação técnica previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura do contrato;

- 16.2. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar o fornecimento e as obrigações da Contratada.
- 16.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratante, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
- 16.4. Realizar a fiscalização dos itens a serem entregues.
- 16.5. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir suas obrigações, no que tange à condição de Contratante.
- 16.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições ou falhas no objeto entregue, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 16.7. Promover o pagamento de acordo com o contrato pré-estabelecido, após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.
- 16.8. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a Contratada entregar fora das especificações constantes do presente Termo de Referência.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 17.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 17.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 17.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 17.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 17.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 17.1.1 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 17.1.1 a 17.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 17.1.2 a 17.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar bem como a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. DA FORMA DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando o material, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias.

18.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante.

18.3. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim

como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

18.4. O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado à Contratada, ficando o pagamento susinado/suspenso até a correção do erro.

18.5. Os pagamentos devidos serão realizados após a entrega do objeto.

19. DO(A) RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Juliana Sales Araujo – Gerente de Turismo – Mat. 411801.

Fundão/ES, 02 de Setembro de 2025.

Juliana Sales Araujo

Processo nº:

Fl.

Rubrica

Presidente da Equipe

Mat. 411801

Fabrcia Nunes Bermudes

Integrante Requisitante

Mat. 013125

Walace Alves Machado

Integrante Administrativo

Mat. 013359

Aprovado por:

Romenique Borges Simões

Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Mat. 013367

ANEXO II

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E FORMULÁRIO DE RISCOS;

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO

I – Descrição da necessidade da contratação – (Obrigatório)

A Equipe de Planejamento designada pela Portaria 016/2025, datada de 20 de Março de 2025, publicada no mural da Prefeitura de Fundão, elaborou o Estudo Técnico Preliminar, com o objetivo de verificar a viabilidade e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, cujo objeto será o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Coffee Break/lanches (incluindo todas as despesas direta ou indiretamente necessárias ao fornecimento dos serviços solicitados) durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, bem como pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação conforme manifestação registrada nos autos do IRP nº 003/2025, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses.

A contratação de coffee break se justifica pelas reuniões, eventos e /ou cursos que serão realizados no ano de 2025, onde a secretaria irá recepcionar servidores, autarquias e participantes dos respectivos eventos.

Os coffee breaks são, ainda, reconhecidamente, momentos oportunos para o descanso, para a reposição de energia e para o intercâmbio de informações entre os participantes. Propiciam a troca de experiências entre colegas em conversas informais e demonstram a boa vontade da Administração em relação aos servidores no ambiente de treinamento, proporcionando maior motivação, principalmente quando a reunião possui grande quantidade de informações.

Todavia, a organização dos coffee breaks envolve o preparo, o fornecimento e a manipulação de alimentos, tarefas que, pelas suas peculiaridades, dependem necessariamente do assessoramento profissional de empresa especializada, da qual é esperada expertise para escolha dos equipamentos, produtos e materiais necessários à prestação dos serviços com a qualidade requerida.

A solução será atendida pela contratação de empresa especializada para realização do fornecimento de lanches e bebidas nas ações de capacitação e qualificação, reuniões de trabalho e eventos vinculados aos objetivos institucionais.

Portanto, o não atendimento da demanda acarreta prejuízo na absorção das informações e conhecimento repassado aos participantes dos eventos.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, em razão de sua natureza.

Ainda cumpre salientar que não há contrato ou ata de registro de preços vigentes para assegurar a presente contratação.

A contratação deverá ocorrer por meio de Registro de Preços. A opção pelo sistema de registro de preços se dá em virtude do (s) objeto(s) licitado (s) apresentar(em) características de necessidade de contratações freqüentes, a aquisição dos bens ser com previsão de entregas parceladas, não sendo possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Secretaria solicitante.

A modalidade da licitação sugerida é o Pregão Eletrônico, em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024 de 20 de Setembro de 2019, e com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133 de 14 de Abril de 2021 e suas alterações, tendo em vista o objeto se tratar de bem comum, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

II – Área requisitante Responsável

Gabinete do Secretário (Órgão Gerenciador)	Romenique Borges Simões – Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (Órgão Participante)	André Luiz Rangel Ribeiro - Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude

Secretaria Municipal de Educação (Órgão Participante)	Marciela José – Secretária Municipal de Educação
---	--

III – Descrição dos Requisitos da Contratação – (Facultativo)

A contratada se responsabilizará por todos os atos de organização e execução dos serviços dispostos no Termo de Referência. Além disso, deverá cumprir as cláusulas contratuais e preliminarmente cumprir as condições de habilitação listadas na Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá apresentar os seguintes documentos para comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de constituição social;
- Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal;
- Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia (FGTS);
- Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,
- Certidão de Falência e Concordata,
- Declaração de não parentesco,
- Declaração de inexistência de Fatos Supervenientes,
- Declaração que não emprega menor.

IV – Levantamento de mercado – (Facultativo)

O levantamento de mercado foi realizado em comércio local/regional, sendo eles: PADARIA FUNDÃO LTDA e AUTO SERVIÇO PRAIA GRANDE LTDA.

V – Descrição da solução como um todo – (Obrigatório)

A contratação do referido objeto visa suprir as necessidades para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Coffee Break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, bem como pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação do município de Fundão/ES, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses.

A fiscalização do serviço será realizada por servidor designado em Portaria pela UG solicitante, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições previstas no TR e contrato.

VI – Estimativa das quantidades a serem contratadas – (Obrigatório)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	1400
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	300
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	240
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	2100
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	2000
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1600
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200

008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	2000
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	250
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	1100
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	1540
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	1900
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	1900
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	1100
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	260
017	Torrada de pão	Kg	1	460
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	300
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	300
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	400
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	1400
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	350
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	700
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	560

VII – Estimativa do valor da contratação – (obrigatório)

Quadro 1 – Estimativa da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Órgão Gerenciador)					
Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20	R\$
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300	R\$

005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25	R\$
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30	R\$
017	Torrada de pão	Kg	1	30	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50	R\$
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200	R\$

026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80	R\$
-----	---	--------	---	----	-----

Quadro 2 – Estimativa da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (Órgão Participante)					
Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20	R\$
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300	R\$
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25	R\$
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30	R\$
017	Torrada de pão	Kg	1	30	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50	R\$

022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100	R\$
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200	R\$
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80	R\$

Quadro 3 – Estimativa da Secretaria Municipal de Educação (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima	Valor Unitário
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	10	1000	R\$
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	3	250	R\$
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	2	200	R\$
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	13	1500	R\$
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	10	1000	R\$
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1000	R\$
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000	R\$

008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000	R\$
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	1000	R\$
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	2	200	R\$
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	10	1000	R\$
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	13	1500	R\$
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	5	500	R\$
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	5	500	R\$
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	10	1000	R\$
016	Patê de frango (pronto)	Kg	3	200	R\$
017	Torrada de pão	Kg	4	400	R\$
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100	R\$
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100	R\$
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300	R\$
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	4	400	R\$
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	50	R\$
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do	Fardo	4	300	R\$

	concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).				
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	4	400	R\$

Para a formação a média de preços, a SEMTUC, realizou pesquisas em estabelecimentos comerciais da região. O valor médio apurado para a contratação considerando a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude é de R\$ 222.980,00 considerando as duas unidades gestoras participantes.

VIII – Justificativas para o parcelamento ou não da solução – (obrigatório)

Trata-se de aquisição de serviço cujo parcelamento não é vantajoso para a Administração na medida em que tende a aumentar o custo final dos produtos, além de aumentar o risco de fracasso ou deserção em alguns itens. Ademais, os itens são comercializados em conjunto pelas empresas do mesmo segmento, assim inexistindo a possibilidade de que a reunião dos citados itens em lote único impeça/dificulte a participação de qualquer empresa interessada, além de tornar a contratação mais atrativa, o que ampliará a competitividade e trará vantagens à Administração. Por fim, ressaltamos que o risco de alta probabilidade de fracasso ou deserção do certame devem sempre ser evitados e, por sua vez, a salutar mitigação (redução ao mínimo) do risco de repetições e deserções deve ser perseguida, tanto pela área demandante quanto pela área responsável pelas contratações, constituindo-se boa prática associar o histórico de experiências passadas à análise de segmento de mercado, de modo a se evitar fracassos e deserções dos procedimentos licitatórios. Destarte, considerando o exposto, optou-se pela realização do certame em lote único.

X - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento – (Facultativo)

Ao município de Fundão possui Plano de Contratação Anual, sendo assim, tomando como base a importância e a necessidade da contratação, a qual se trata este ETP, o valor referente à execução dos serviços ficará a cargo da seguinte dotação:

0009200.2369500212.055 - PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO

33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO 1720000000000

FICHA 0000090

A Secretaria participante deverá providenciar a dotação orçamentária própria para empenho de seus pedidos.

XI – Resultados pretendidos (Facultativo)

Espera-se com esta aquisição no mínimo os seguintes efeitos:

- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Aumento da satisfação dos servidores;
- Atender as demandas dos eventos, reuniões e capacitações promovidos pela Secretaria solicitante.

XII - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação – (Obrigatório)

Esta equipe de planejamento declara esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante estabelecido no art. 8º e seguintes da IN SLC 001/2021.

DECLARO que: diante da necessidade desta Secretaria, com base nos elementos anteriores, expostos neste estudo, considera-se viável a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Coffee Break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras, promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e pela Secretaria Municipal de Educação no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses, uma vez que a contratação alinha-se aos objetivos estratégicos do órgão e é viável do ponto de vista econômico-financeiro.

(x) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

Fundão/ES, 06 de Agosto de 2025.

Juliana Sales Araujo
Presidente da Equipe
Mat. 411801

Fabricia Nunes Bermudes
Integrante Requisitante
Mat. 013125

Walace Alves Machado
Integrante Administrativo
Mat. 013359

Autorização da Unidade Administrativa Responsável:

ROMENIQUE BORGES SIMÕES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Decreto nº 009/2025

ANEXO III – FORMULÁRIO DE ESPECIFICAÇÃO E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UND MEDIDA	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	1400		
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	300		
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	240		
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	2100		
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	2000		
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1600		
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200		
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	2200		
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	2000		
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	250		
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	1100		
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	1540		
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	1900		
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	1900		
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	1100		
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	260		
017	Torrada de pão	Kg	1	460		
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	300		

019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	300		
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500		
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	400		
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	500		
023	Lanche tipo Hamburger completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	<u>1400</u>		
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	350		
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	700		
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	560		
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$

Apresento a Vossa Senhoria proposta de preço para o Pregão em referência, conforme abaixo:

VALOR DA PROPOSTA: R\$ _____, _____ (valor total escrito por extenso).

DADOS DA PROPONENTE:

NOME: _____

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA Nº.: _____ CONTA Nº.: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONES: (XXX) _____

E-MAIL: _____

VALIDADE DA PROPOSTA (NÃO INFERIOR A 120 DIAS): _____

DECLARAÇÃO:

1 - Declaro que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

2- Declaro expressamente que aceita todas as exigências do Edital e de seus Anexos.

Município de _____, data de _____

(assinatura do representante)

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ES
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), estabelecida na(ENDEREÇO COMPLETO)...., inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (REPRESENTANTE/SÓCIO/PROCURADOR) no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

() cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 4 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, no caso do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada;

() não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano calendário de realização da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do que dispõe art. 4º da Lei 14.133/21¹

* Marcar estes itens caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa na condição de receber as benesses da LC 123/2006 e art. 4º da Lei 14.133/2021.

a) atende aos requisitos de habilitação;

b) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos par atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas lei trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) inexistem quaisquer fatos impeditivos à sua participação na licitação, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;

¹ Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

e) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

g) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 no caso de licitante organizado em cooperativa;

h) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, d 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

i) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o disposto no art. 78 da Lei Orgânica Municipal nº 001/1990.

j) que é considerada microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no § 4º do artigo 3º do mesmo diploma; gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para fins de participação na presente licitação.

l) que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

m) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

n) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

o) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

p) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

q) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2025.

Local/Data

Assinatura do Responsável Legal pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/CPF)

ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002840/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

O **MUNICÍPIO DE FUNDÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São José, nº 135, Centro, Fundão, ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, o Sr., portador do RG nº e CPF nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) XXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, sediado(a) na XXXXXX, em XXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) XXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXX, expedida pela (o) XXXXXX, e CPF nº XXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 002840/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 183/2023, Decreto Municipal nº 768/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para Contratação de pessoa jurídica responsável pelo fornecimento de Coffee break e lanches durante a realização de capacitações com cursos, treinamentos, seminários, reuniões, Conferências e palestras, no Sistema de Registro de Preço, pelo período de 12 meses, esta contratação será gerenciada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na qualidade de órgão gerenciador, e contará com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação como órgãos participantes, do município de Fundão/ES, especificado(s) no(s) lote (s)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/2025 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item (lote), fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUC

3.2. Além do gerenciador, a Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e secretaria Municipal de Educação e será participante na quantidade apresentada no edital.

Quadro 1 – Estimativa da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (Órgão Gerenciador)				
Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30
017	Torrada de pão	Kg	1	30
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50

022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80

Quadro 2 – Estimativa da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da estação (acompanhado de talheres e copo descartável)	Kg	01	200
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	01	25
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	01	20
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	01	300
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	01	500
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	300
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	600
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	500
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	1	25
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	1	50

012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	1	20
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	1	700
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	1	700
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	1	50
016	Patê de frango (pronto)	Kg	1	30
017	Torrada de pão	Kg	1	30
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	50
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	1	100
023	Lanche tipo Hambúrguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	1	500
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	150
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	1	200
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	1	80

Quadro 3 – Estimativa da Secretaria Municipal de Educação (Órgão Participante)

Item	Especificação	Unid.	Quant. Mínima	Quant. Máxima
001	Salada de frutas com no mínimo 03 frutas da	Kg		

	estação (acompanhado de talheres e copo descartável)		10	1000
002	Biscoito doce, tipo mentira (latuga), kg, biscoito achatado feito c/ massa de pão de ló, frito em óleo comestível.	Kg	3	250
003	Biscoito doce, tipo rosquinha de leite, embalagem de 1kg.	Kg	2	200
004	Salgados (coxinhas, quibes, pasteizinhos e outros...).	Kg	13	1500
005	Torta de pão de forma, salgada, recheio de frango, cobertura de batata palha.	Kg	10	1000
006	Pão de queijo pronto.	Unidade	10	1000
007	Pão francês, min 50 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000
008	Pão tatuzinho, min 40 g, recheado c/ 1 fatia de presunto cozido c/ min 25 g e 1 fatia de queijo muçarela c/ min 25 gr.	Unidade	10	1000
009	Pão doce com presunto e queijo muçarela embalado em sacola plástica apropriada.	Unidade	10	1000
010	Bolo doce, recheado c/ duas camadas de recheio, confeitado.	Kg	2	200
011	Pão de cebola com patê, kg, cada unidade acrescida do patê c/ peso entre 35 e 50gr.	Kg	10	1000
012	Massa folhada, min 30 gramas cada unidade, recheio de queijo.	Kg	13	1500
013	Bolo, pedaço, sabor laranja, min 50gr.	Unidade	5	500
014	Bolo, pedaço, sabor mesclado, min 50gr.	Unidade	5	500
015	Pão de batata, recheio de patê de diversos sabores, kg, peso unitário aprox. 35 a 50 gr.	Kg	10	1000
016	Patê de frango (pronto)	Kg	3	200
017	Torrada de pão	Kg	4	400
018	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor cola.	Unidade	1	100
019	Refrigerante, pet, 02 litros, sabor guaraná.	Unidade	1	100
020	Suco integral, adoçado, sabor caju, 01 litro, embalagem longa vida, c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300
021	Suco integral, adoçado, sabor uva, 01 litro, embalagem longa vida c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300
022	Suco integral, adoçado, sabor pêssego, embalagem longa vida 200ml c/ dados de identificação produto e marca do fabricante, prazo de validade de acordo com as norma vigentes ANVISA e Ministério da Agricultura.	Unidade	4	300

023	Lanche tipo Hamburguer completo com pão de hambúrguer, bife de hambúrguer bovino, bacon, banana, alface, tomate, milho, presunto, queijo, ovo, batata palha e molho especial.	Unidade	4	400
024	Refrigerante sabores, embalagem lata de 350 ml. Ref.: Coca Cola ou Guaraná.	Unidade	1	50
025	Água mineral sem gás, Acondicionada em garrafa de 500ml. Registro no Ministério da Saúde e CNNPA, rótulo contendo a origem da água mineral como: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número de concessão da lavra, nome e endereço do concessionário, constantes físico-química, composição analítica e classificação. (Fardo com 12 unidades).	Fardo	4	300
026	Café com opção de açúcar e adoçante (pronto).	Litros	4	400

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seajintegrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativoregistrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado apartir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata deregistro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de

despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inc. XIV, do Decreto Municipal nº 768/2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, inc. VII, do Decreto Municipal nº 768/2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Fundão, de de 2025.

Representante legal do órgão gerenciador
MUNICÍPIO DE FUNDÃO - ORGÃO GERENCIADOR
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)
EMPRESA XXXX- COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FUNDÃO E A EMPRESA XXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE FUNDÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São José, nº 135, Centro, Fundão, ES, inscrito no CNPJ Nº, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, o Sr, portador do RG nº e CPF nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) XXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, sediado(a) na XXXXXX, em XXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo(a) Sr.(a) XXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXX, expedida pela (o) XXXXXX, e CPF nº XXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 002840/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 183/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNT	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação independente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A proposta do contratado
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se as disposições do art. 94 da referida lei.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando os produtos, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias REGULARIZADAS.

6.2. O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado à CONTRATADA, ficando o pagamento suspenso até a correção do erro.

6.3. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6.4. O CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual;

6.5. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

6.6. Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.7. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times 0,33 \times ND$$

100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF = Valor da Nota Fiscal

ND = Número de dias em atraso

6.8. As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência após a apresentação da Nota Fiscal e o aceite realizado pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.15. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 8.16. Publicar o extrato da Ata de registro de preços, na forma da Lei;
- 8.17. Rejeitar, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.
- 8.18. Disponibilizar um servidor da unidade gestora solicitante para conferir a entrega dos objetos.
- 8.19. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA.
- 8.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.21. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do objeto.

8.22. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do presente Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. . Assinar a Ata de Registro de Preços até 05 (cinco) dias contados da convocação para sua formalização;

9.3. Prestar os serviços sempre nas condições pactuadas, respondendo por eventuais danos que comprovadamente vier a causar em razão de inadimplemento;

9.4. Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata no limite do quantitativo registrado.

9.5. Realizar as entregas nos prazos e formas descritas no termo de referência.

16.2.5. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação.

9.6. Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece na Lei Federal 14.133/2021 e alterações.

9.8. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à CONTRATANTE, ou a terceiros.

9.9 . Fornecer o objeto de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, sendo novo e de primeiro uso, fabricado de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente, e prazo de garantia contra defeitos de fabricação.

9.10. Substituir os objetos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega.

9.11. A CONTRATADA deverá levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;

9.12. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do serviço contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução do serviço.

9.13. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.14 . Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.16 A contratada deverá realizar a indicação dos profissionais de segurança que irão atuar nos eventos, através de apresentação de listagem prévia (anterior a cada evento) incluindo seus nomes e contatos, acompanhada das respectivas CNV (Carteira Nacional de Vigilante) com prazo de validade vigente.

9.17. Os vigilantes deverão estar uniformizados, portando rádios transmissores para facilitar a comunicação entre os mesmos.

9.18. Os funcionários que atuarão na vigilância, durante execução dos serviços, são de responsabilidade da empresa a ser contratada, incluindo alimentação e demais custos.

9.19 A Contratada compromete-se a resolver todos os problemas que venham a acontecer, dos serviços contratados, imediatamente. Caso ocorra alguma falta ou impossibilidade com algum segurança, o mesmo deverá ser substituído de imediato.

10. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

10.1 A execução dos serviços será de acordo com a necessidade da contratante e mediante solicitação formal através de Ordem de Serviço, nas quantidades nela prescritas e deverão ser executados nos locais, datas e horários determinados pelo setor solicitante.

10.2. A prestação dos serviços contratados será conforme solicitação da Secretaria requisitante com antecedência de no mínimo 05 dias, em locais a serem definidos e informados previamente pela administração e mantendo os seguintes critérios:

10.3 A prestação de serviços deverá ser acompanhada pelo Fiscal de Contrato, que será um servidor indicado pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.

10.4 Correrão por conta da Contratada todas as despesas de alimentação, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da prestação dos serviços solicitados.

10.5 A CONTRATANTE terá o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a mercadoria que apresentar irregularidades;

10.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.7. Havendo a necessidade da prestação dos serviços, a empresa será convocada para assinatura do contrato ou documento equivalente, o que deve ser realizado no prazo máximo de 03 (três) dias.

10.8. Os prazos de início, vigência e término da prestação de serviço serão definidos em termo contratual, podendo ser alterados em conformidade com a legislação vigente.

10.9. A contratação se dará por um período de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da autorização de serviço;

10.10. A contratada se responsabilizará por todos os atos de organização e execução dos serviços dispostos neste instrumento. Além disso, deverá cumprir as cláusulas contratuais e preliminarmente cumprir as condições de habilitação listadas na Lei nº 14.133/2021.

Não obstante a isso, demandada as questões legais da futura contratação, a pessoa jurídica contratada deverá garantir condições de execução contratuais dispostas abaixo:

- a) Realizar a prestação do serviço na data estabelecida pela Administração Pública Municipal.
- b) Executar a prestação do serviço objeto do presente contrato de acordo com a proposta apresentada.
- c) Arcar com todas as despesas, com transporte, alimentação, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias para a apresentação do objeto do termo de referência.
- d) Realizar os serviços de acordo com todas as especificações dispostas no termo de referência.
- e) Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, especialmente o FGTS e INSS, conforme estabelecido o art. 121 da lei nº 14.666/2021.
- f) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência à contratante, respondente integralmente por sua omissão.
- g) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer seus prepostos à contratante ou a terceiros.

10.11. A ordem de fornecimento será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive correio eletrônico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, se for o caso;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

.....

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Fundão /ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Fundão/ES, XXX de XXXX de 2025.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF:

2. _____ CPF: